

# Desdemocratizando o Brasil no contexto latino-americano: isolamento, subordinação e construção de uma agenda de extrema direita sob o Governo Bolsonaro

Danilo Uzêda da Cruz\*

## Introdução

Ao longo de quase duas décadas e meia o Brasil despontou como o grande articulador regional no contexto latino-americano, fazendo valer o conceito de potência regional. Promoveu uma agenda econômica integracionista, cooperativa e inovadora em políticas públicas e democratização do Estado entre os países latino-americanos consolidando um importante bloco econômico capaz de realizar batalhas comerciais e rivalizar com interesses estadunidenses e europeus em favor dos países latino-americanos e de seu próprio Estado. Os governos Lula (2002-2010) e Dilma (2010-2016), com maior ênfase para o primeiro período, aprofundaram as relações, reaproximando os países do continente e construindo uma agenda que ultrapassava o tradicionalismo econômico-comercial. Ao pautar temas como meio ambiente, energia e alimentação, caracterizou-se pelo aprimoramento dos espaços decisórios coletivos entre as nações, em uma agenda clara que incluía o combate às desigualdades e à fome (OLIVEIRA, 2021; CRUZ; GONZÁLEZ; IAMAMOTO, 2020). Por essa razão a agenda mundial parecia ser de elogio às políticas de superação da pobreza e de renovação integradora do pensamento sul-sul (SANTOS; MENESES, 2010; CRUZ; GONZÁLEZ, 2019). A condução estatal para inserção econômica das populações, exportação e

---

\* Pós-Doutor em Desigualdades Globais e Justiça Social pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO)/Universidade de Brasília (UNB). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador (UNIFACS) e Licenciado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Lecionou como professor substituto no Departamento de Ciência Política da UFBA. Atualmente, é pesquisador nos Grupos de pesquisa DEPARE e Periféricas, ambos vinculados à UFBA. Desenvolve pesquisa sobre Políticas Públicas, Desigualdades, Pobreza e Participação Política. Seu último livro *Estado Contemporâneo na América Latina: História e Teoria Política* está no prelo. E-mail: danilohistoria@yahoo.com.br

diálogo científico-cultural, e a cooperação na defesa ambiental conformavam bandeiras de governo, defendidas nos plenários das organizações mundiais.

De forma categórica, senão arrepiante, em 2018, o Brasil dobrou(-se) à direita.

O novo governo, como derivação e acirramento do golpe institucional imposto em 2016 à então presidenta Dilma Rousseff, descortinou um panorama diferente em política externa regional (e mundial). Ao se apresentar não apenas alinhado a principal potência mundial, como também propenso a dar as costas aos vizinhos continentais, o Brasil entra em uma nova fase (conjuntural) da política externa.

Esse artigo busca por meio da análise da geopolítica em contexto regional situar a que se destina essa política necrológica e autofágica do governo Bolsonaro, quais seus contornos e fundamentos teóricos, e quais as iniciativas arriscadas para o presente e futuro que o governo tem realizado.

Em seguida tentaremos analisar as implicações do projeto bolsonarista de governo, face as recentes transformações, incluindo a derrota do agora ex-presidente Trump nos Estados Unidos, para o democrata Biden e Pamela Harris, a primeira mulher afrodescendente a ocupar o cargo.

Regionalmente há processos de resistências e reviravoltas políticas como a eleição do Presidente da Bolívia Luis Arce, manifestações de rua no Paraguai e Chile cobrando renúncia dos presidentes eleitos, seja por conta da agenda neoliberalizante e ultradireitista ou da má condução da saúde nos tempos pandêmicos. E, por fim, a possibilidade de retomada dos direitos políticos do ex-presidente Lula no Brasil, o que permitiria enfrentar o atual presidente Bolsonaro em escrutínio no ano de 2022. Seria confrontar pela primeira vez o projeto da extrema direita com uma versão do populismo de esquerda.

O *interregno* ou crise de hegemonia na América Latina tem inviabilizado a formação de um bloco histórico que dispute e se imponha (democraticamente) aos demais, causando crises entre as elites dirigentes e indefinição de projeto societal (CRUZ, 2019). Essa configuração política parece-nos começar a se mover no restante do continente, obrigando que governos modifiquem suas performances diante de um cenário fático de mudança, crises setoriais e sistêmicas e pressão popular por cuidados e políticas negadas. Mais do que concluir traremos algumas observações para refletir sobre para onde se caminha a política externa do governo Bolsonaro.

Muito embora o quadro pandêmico que se abateu sobre o mundo tenda a promover uma mudança nas performances dos governos e resistências populacionais,

a configuração e acirramento de políticas conservadoras e fragmentadoras não acenam, em um futuro próximo, para reconversões que voltem a elogiar o solidarismo e o compartilhamento de interesses e responsabilidades regionais. Ao menos não sem algum tom de protecionismo e revigoramento do nacional-desenvolvimentismo (ALBUQUERQUE, 2010; ALMEIDA, 2012; AMORIM, 2011; BAUMANN, 2010).

Por outro lado já há certeza de que a pandemia de COVID-19 estará no centro das atenções políticas nos próximos anos. Seja pelo alastramento de mortes provocadas, seja pelo completo descaso, incompetência ou intenção dos governos. Estará, portanto, no centro das articulações entre os países da América Latina nos próximos 5 ou 10 anos, a depender das mutações e cepas variantes do espectro viral.

E não apenas no que diz respeito ao quadro sanitário e de saúde pública, mas também nas políticas setoriais que decorrem da fragilização das populações, como as questões ambientais, sociais, culturais, econômicas e políticas, sejam nacionais ou internacionais.

Ainda que a matriz de infecção viral tenha se situado fora das fronteiras, a dimensão e baixa capacidade do governo em colocar seu importante aparelho estatal para controle epidemiológico ampliou vigorosamente a mortandade de pessoas e número de contaminados no país. E pior: o vírus encontrou condições favoráveis para se alastrar e sofrer mutações, dificultando ainda mais seu controle epidemiológico.

O Brasil aparece nos números como ator central de uma grande tragédia social. Não apenas pelo número de mortos e contaminados, mas de hospitais lotados, UTIs e centros médicos sem respiradores, e quando os tem não há oxigênio. Conseguiu, apesar do resistente SUS, ficar à frente do México e do Peru em relação negativa às políticas de tratamento do vírus.

Esse cenário certamente cobrará, em um futuro bem próximo, relações entre os países latino-americanos diferentes das atuais, em uma correlação de forças que necessitará, sem dúvida, de uma ampla articulação para recompor as perdas sociais e econômicas.

Entretanto, é bom lembrar que a ausência de um plano nacional de enfrentamento ao COVID-19 vem provocando milhares de mortes. E, por conta disso, as fronteiras com países vizinhos, antes pedintes, permaneceram fechadas por longos 4 ou 5 meses, e os aeroportos ainda resistem em receber voos advindos ou de passagem pelo Brasil. Nesses termos, enquanto o governo brasileiro resiste em adotar

medidas de vacinação em massa e restrições à circulação de pessoas, Argentina, Uruguai e Cuba apresentam resultados importantes de contenção do vírus.

Notemos que as questões sanitárias e de saúde pública passaram a constar em uma agenda mundial de relações internacionais, que envolve compartilhamento de pesquisa, vacinas e insumos. Em contrapartida, o Brasil se isolou.

## A política externa no governo Bolsonaro

A literatura em política externa tem analisado a partir de duas concepções que se alternam nos governos, partindo da premissa estratégica das relações internacionais como instrumento para o desenvolvimento nacional. Essas visões coincidem apenas nesse sentido restrito de política externa, ou seja, em como deve se dar o desenvolvimento e de como o país deve se relacionar com o restante do mundo. Oscilavam entre um olhar liberal e outro nacionalista, a partir dos projetos políticos hegemônicos e programas de governo. Em jogo interesses internos e pressões econômicas externas, assim como o mercado internacional e as representações dos governos para o mundo em negociações, acordos internacionais, agendas de desenvolvimento e relações multilaterais para os diversos setores e preocupações mundiais (GONÇALVES, 2011).

Nesse sentido, a perspectiva liberal reuniu ações, acordos e articulações que se reduziam à perspectiva econômica e comercial do desenvolvimento, abrigando as diversas dimensões dos investimentos, empréstimos e comportamento econômico do mercado. Os temas diversos que envolvem a dimensão política sempre apareciam como transversais. No outro campo, os governos atenderam a uma agenda nacionalista em política externa, o que não quer dizer protecionista, exclusivista ou xenófoba. Essa posição compreende que as relações econômicas respondem a uma política-estratégica que envolve outros fatores como segurança e defesa, meio ambiente e desigualdades. Certamente atenderá nos próximos anos a agenda da saúde pública e segurança epidemiológica. A participação nacional dos diferentes fóruns e acordos multilaterais e bilaterais passou a fazer parte de um projeto político de desenvolvimento nacional, aproveitando a existência dos blocos econômicos para ultrapassar a fronteira do econômico e promoção do comércio, atendendo também a interesses substantivos e ampliação do poder político nacional e do grupo diante das grandes economias, aumentando, do mesmo modo, o poder de barganha e do processo decisório.

A atual política externa não apresenta contornos teóricos, e atua de forma difusa e descompassada com o que já há de consolidado em política externa brasileira. Isso aumenta a dificuldade dos parceiros políticos e econômicos, mas também do analista.

Particularmente, o governo Bolsonaro deu de ombros para dois princípios internacionais da política externa, e que o Brasil vinha orientando sua estratégia de inserção mundial. Em um aspecto, o atual governo, ao não apresentar consistência diplomática, tem se orientado apenas por noções vagas (pasquins) sobre os países, sobre suas relações e interesses gerais das nações. Lima e Albuquerque (2019) denominam a política externa de “estratégia do caos”, tornando-se um “espaço de políticas declaratórias” repleto de “cacofonias”.

O Brasil tem aparecido no cenário mundial como amorfia da atrofia política. Há, assim, um desgaste e fragilização da imagem do país com “crescente dilapidação das relações exteriores do Brasil com os demais atores internacionais” (CASTRO, 2019, p. 9).

A quem atende, então, os interesses da política externa sob o governo Bolsonaro? Para Cruz (2019) o governo atende exclusivamente aos interesses de seu grupo político. Acrescentamos que atende a uma relação oligárquica e familiar, aproveitando-se do *interregno* e da ausência conjuntural de uma força, populista ou não, que dispute o cenário político com o governo. Realiza a política internacional exclusivamente a partir de um construto ideológico ora *interregnal*, ora passadista com idealizações do período da chamada Guerra Fria. Aproveita-se ainda, nesse caso particular, da atenção dada aos governos no mundo a seus países para o enfrentamento à COVID-19.

Um elemento inaugural é a exclusiva relação diplomática ou política externa para atender interesses privados dos indivíduos, nem mesmo de corporações ou grupos econômicos, mas exclusivistas de indivíduos com relações familiares (CRUZ, 2019). Separa-nos, assim da

[...] tradição histórica da diplomacia brasileira em seu conjunto [...] O mistério da condução aparentemente alucinada se desfaz quando reconhecemos que a política externa nas mãos de Bolsonaro não é uma ferramenta para a promoção do interesse público, mas um instrumento, de uso privado, para a afirmação e fortalecimento de seu grupo político [...] (CRUZ, 2019, não paginado).

Em um ensaio de força, Jairo Nicolau (2020) apresenta uma radiografia do processo eleitoral que levou ao poder o atual presidente brasileiro, Jair Bolsonaro. Atualmente sem partido, o mandatário arregimentou simbolismos compartilhados na sociedade que envolveram desde chavões simplórios e presentes à mesa do brasileiro médio (“bandido bom é bandido morto”, “as leis são para os pobres”, “tem que acabar com tudo isso aí”, até complexas formulações de ódio de gênero, misoginia, racismo, negacionismos e um punhado de outros (tantos) absurdos que se constituíram em discursos diários, como prática de gestão de governo. Nicolau (2020) quer saber por que “o Brasil dobrou à direita”. Insistimos que o Brasil se dobrou à direita (NICOLAU, 2020).

Esse conjunto de práticas resultou em uma política conservadora que fez uso do aparelho estatal para atacar instituições e outros poderes, enquanto “a boiada passava”<sup>1</sup>, desregulamentando desmatamento, cometendo crimes e a precarizando a vida social.

Aparentemente enquanto o governo conseguiu não desagradar o mercado internacional, e suas medidas apareceram alinhadas ao então presidente dos Estados Unidos Donald Trump, o verniz liberal serviu para minimizar a ação programada de desmonte e desindustrialização promovida pelo governo federal nos seus 2 primeiros anos de gestão. Mesmo a comunidade europeia não se posicionou com muita ênfase, ao menos no plano econômico, sem imprimir ajustes de conduta ou programas reparadores para estancar o aumento da pobreza e miséria absoluta, e de certa medida se beneficiando com as políticas advindas do “libertarianismo” bolsonarista (MIGUEL, 2018).

No cenário regional, o surgimento de um espectro conservador tomou conta dos governos, reforçando uma crise de hegemonia continental, com populismos de direita e militarização da política. Presidentes autoproclamados como na Venezuela e Bolívia pareciam anunciar que a pós-democracia poderia então prescindir e anular a ideia de “povo” e a população. Ainda assim, em nenhum lugar avançou tanto o pensamento conservador como no Brasil.

---

<sup>1</sup> Referência a fatídica reunião de 24 de abril de 2020 em que o presidente se reuniu com o alto escalão para gerenciar a crise provocada pela Pandemia. O que se assistiu, não fosse o traidor, foi uma sessão de absurdos que envolveu de ode ao golpe militar, ataques à educação, engenharia para o desmonte de estatais, intervenções nas ações em curso das políticas investigativas e polícia federal, e não de menor gravidade o ataque ao meio ambiente proferido pelo próprio ministro do meio ambiente, um ruralista, prometendo passar a boiada com leis que flexibilizariam o desmatamento e outros crimes ambientais. Essa investigação ainda está por acontecer, para que não fique em nossa memória outra vez a impunidade.

O governo brasileiro iniciou em 2018 um empreendimento de exportação do modelo. A partir das relações subalternizadas com os EUA, atacando de forma infantil a China e a Rússia (“comunistas!”), manteve elevado o tom belicoso com vizinhos cuja relação histórica recente era de harmonia e complementariedade, como Argentina<sup>2</sup>, Venezuela, Bolívia e Equador. Os incidentes diplomáticos com os países da região alcançaram não apenas a economia, como também a dimensão ambiental e migratória (MENDES; MENEZES, 2019). Para os autores

[...] A ascensão de Bolsonaro à presidência da República, em janeiro de 2019, interrompeu o processo de mudanças institucionais nessa matéria e ressaltou a perspectiva securitária, segundo a qual a entrada e presença de migrantes no país requerem vigilância e controle policial. Ainda em 2015, quando era deputado federal, Bolsonaro qualificou os migrantes e refugiados que chegam no Brasil como “ameaça” e “escória do mundo”. Em suas palavras, eventual redução no efetivo das Forças Armadas significaria “menos gente nas ruas para fazer frente aos marginais do MST, dos haitianos, senegaleses, bolivianos e tudo que é escória do mundo que, agora, está chegando, os sírios também” (VITOR, 2015). A declaração foi dada em um evento sobre Justiça Criminal, em Goiânia [...] (MENDES; MENEZES, 2019, p. 303).

A questão migratória passou a surgir em redes sociais como xenofobia e falseamento da notícia. Nessas notícias o Brasil aparecia favorecendo haitianos ou venezuelanos em políticas de assistência e emprego. Colocou com maior e mais virulência a dimensão do “nós” e “eles”, acirrando as relações não apenas com os outros países, como também com grupos sociais desfavorecidos, marginalizados e subalternizados internamente (RANCIÈRE, 2014).

Entre aliados e opositores, os presidentes da América Latina passam a se preocupar com a imprevisibilidade do mandatário brasileiro e a diplomacia presidencial. Mesmo setores da imprensa liberal brasileira passam a noticiar essa preocupação como nessa matéria da Revista Época:

[...] O que mais preocupa os diplomatas da América do Sul, no entanto, não são as ideias de Bolsonaro em si, mas o fato de que a política externa brasileira — e a diplomacia presidencial em particular — se tornou imprevisível. Há um consenso crescente, de Bogotá a Santiago, de que as decisões de Brasília são produto de disputas internas de poder em vez de cálculos estratégicos — uma situação preocupante para os latino-americanos, tendo em vista que a participação ativa do Brasil é crucial para o avanço de qualquer iniciativa na região [...] (STUENKEL, 2019, não paginado).

---

<sup>2</sup> Sobretudo após a vitória eleitoral de Alberto Fernandez e sua vice Cristina Kirchner.

Por outro lado, a crise sistêmica do capital, que combina de forma catastrófica com o quadro pandêmico, agravou problemas estruturais da economia no continente e encontrou na fragilidade do modelo bolsonarista um campo inteiro para ampliar o desgaste diplomático (NICOLAU, 2020; MENEZES, 2019).

A política de alinhamento automático aos Estados Unidos também tem repercutido fortemente nas relações entre os latino-americanos. Ao mesmo tempo caminha contrariamente ao movimento do próprio país desde a nova constituição, cuja autonomia e soberania são destaques no texto constitucional.

Os discursos do embaixador no Foro para o Progresso da América do Sul, o PROSUL, e em outros espaços multilaterais, reforçam nosso argumento, que encontra ainda na diplomacia presidencial vasto arsenal literário que confirma essa política externa alucinada. E fascinada pelos EUA<sup>3</sup>.

O fascínio pelos Estados Unidos foi alimentado por mais de 100 anos por outro país da América Latina, a Colômbia. Naquele país a política externa e interna espelhava o *respice polum* (olhar ao Norte) como prática cultural e aproximativa da cultura norte-americana o que implicou no isolamento e insulamento da Colômbia durante um longo período, emaranhando-se nas relações culturais e simbólicas da sociedade. Apenas a partir da reestruturação promovida no governo Juan Manuel Santos (2010-2018), que combinou um longo acordo de paz com as FARC e políticas desenvolvimentistas, o país tem se reaproximado dos demais vizinhos latino-americanos. Essa reaproximação esteve (ou está) ameaçada novamente pelo governo autocrático de Iván Duque (SÁNCHEZ; GONÇALVES, 2020).

Ainda que a diplomacia oficial e a presidencial tenham tentado aproximação com homólogos ao redor do mundo, essa tentativa naufragou dada a fragilidade do argumento. As iniciativas contra a China, Irã e Venezuela inclusive renderam ao governo brasileiro críticas mesmo de presidentes com perfis ideológicos próximos (CASTRO, 2019). Nesse sentido há um particular a se considerar antes de encerrar essa seção.

Mesmo durante a pandemia, em que os olhos do mundo tentaram convergir alternativas para a superação das mazelas do vírus, o presidente persistiu em sua

---

<sup>3</sup> Parte desse fascínio está presente nos discursos do próprio presidente e sua família, até então com grande influência e ingerência na gestão presidencial. Outra parte entre alucinação e fascínio pode-se encontrar nos discursos do seu Ministro das Relações Exteriores. Foi-nos útil o material disponível no site da FUNDAG, bem como nos discursos do presidente nos fóruns internacionais.



política externa belicosa, causando constrangimentos nas relações diplomáticas com China e Índia<sup>4</sup>.

Além dos Estados Unidos de Trump<sup>5</sup>, o governo Bolsonaro tentou se inserir a uma agenda internacional conservadora com o húngaro Viktor Orbán e o israelense Benjamin Netanyahu, sem sucesso. Assim como não consegue nem mesmo aproximação com os governos conservadores de Iván Duque (Colômbia), Sebastian Piñera (Chile) e Lacalle Pou (Uruguai), principalmente por seu perfil negacionista, autocrata e militarista.

## Agendas críticas: meio ambiente e direitos humanos

É certo que a pandemia do SARS COVID-19 reconfigurará a agenda internacional. Entretanto, no que diz respeito às agendas e acordos internacionais a política externa para o meio ambiente e os direitos humanos sob o governo Bolsonaro se apresentam de forma crítica.

A posição agonizante do populismo de direita de Bolsonaro acanha e prejudica os acordos comerciais de livre comércio entre MERCOSUL e União Europeia, então proposto em 2019, principalmente por conta das posições brasileiras diante dos temas do meio ambiente e direitos humanos.

O embaraço diante das queimadas no Pantanal, desmatamento e queimadas na Amazônia e o óleo derramado em praticamente todo o litoral brasileiro foram tema de debate nas cortes e tribunais internacionais, fóruns globais e reuniões de cúpula do G5 e Fórum Econômico de Davos e Fórum Social Mundial. Tudo isso foi tratado com sarcasmo e descaso pelo governo, não repercutindo em nenhuma medida contundente em favor do meio ambiente.

Pelo contrário, ao longo de todo o ano de 2019 e 2020, segundo o dossiê elaborado pela Associação Nacional de Servidores do Meio Ambiente (2020), o governo Bolsonaro operou em três frentes: desmonte do sistema de proteção e preservação, ampliação de áreas de desmatamento e liberação de terras nacionais

---

<sup>4</sup> Parte desses constrangimentos foi amplamente divulgado na reunião ministerial de 24 de abril de 2020. Entretanto ao longo de todo o ano de 2019 o presidente e seu ministério propalaram uma série de discursos falaciosos, maculando a imagem internacional a partir de sua construção ideológica ultradireitista e... alucinada. Um dos resultados objetivos foi a dificuldade em negociações empresariais com a China e mais recentemente na questão das vacinas com a mesma China e com a Índia.

<sup>5</sup> A vitória de Biden e Harris nos EUA em 2021 abrem um novo capítulo dessa diplomacia de pessoas. Isso porque o Brasil esteve ladeado a Trump nos últimos anos e foi o último Estado a confirmar/parabenizar o novo presidente norte-americano por sua vitória eleitoral.

para exploração e plantio de pasto, e por último a flexibilização da legislação ambiental (ASCEMA, 2020).

Não há como realizar uma agenda diplomática onde a política externa caminha contra todos os acordos internacionais e contra o próprio Estado.

O relatório/dossiê é extenso e alcança as ações de Bolsonaro ainda deputado. A preocupação crucial do documento é anotar o desmonte do sistema, mas demonstra as medidas realizadas pelo governo que, sem escuta ou diálogo, fragiliza o Brasil no cenário regional e mundial.

Do mesmo modo a política de direitos humanos passou a criminalizar as populações continentais, os povos originários e, em um particular do mesmo modo grave, as mulheres.

Enquanto o continente, particularmente Bolívia, Equador, Argentina e Uruguai, caminham para o reconhecimento das terras dos povos originários e na ampliação dos Estados e seus aparatos para incorporar direitos sociais que garantam equidade entre as nações, povos e grupos sociais, o governo brasileiro tem pautado internamente e externamente a contramão dos Direitos Humanos.

Enquanto mundialmente o governo comemorou o holocausto, regionalmente passou a realizar odes ao período militar nos governos latino-americanos, causando desgaste entre países cuja relação já é tênue, como o Chile e o Peru.

Recentemente um grupo internacional de direitos humanos o *Human Rights Watch* (HRW) denunciou o governo Bolsonaro por realizar mudanças “secretas” na política nacional de direitos humanos com debates fechados no governo, sem a participação da sociedade ou dos conselhos nacionais, a maioria já desarticulados ao longo das gestões Temer e do próprio Bolsonaro<sup>6</sup>.

A oferta governamental é a ampliação do porte de armas e a militarização da sociedade e do Estado ampliando sobremaneira a atuação das forças armadas na gestão do Estado, inclusive de setores estratégicos aos direitos humanos. O espaço reservado aos direitos humanos em plano regional nos documentos do governo se resume a

[...] O Brasil participa ativamente dos trabalhos da Organização dos Estados Americanos, e particularmente do Sistema Interamericano de Direitos

---

<sup>6</sup> O assunto foi noticiado internacionalmente, apesar de pouca repercussão do Brasil cujo foco da sociedade tem sido a garantia da sobrevivência (UOL, 2021).

Humanos. A participação no sistema propiciou avanços no tratamento de questões críticas em áreas como segurança pública, combate ao racismo e ao trabalho escravo, melhoria das condições carcerárias e prevenção da violência contra mulheres. No MERCOSUL, os principais foros dedicados a esse tema são a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos (RAADH) e a Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas (RAPIM). A RAADH realizou em junho de 2020 sua XXXV reunião, e conta com a participação das chancelarias e dos órgãos de governo responsáveis por direitos humanos [...] (MRE, 2020, não paginado).

Diante dessas dimensões, os demais países latino-americanos têm adotado uma posição de ceticismo, mesmo aqueles governos conservadores e de perfis ideológicos da chamada ultradireita.

## Implicações de performance e implicações fáticas

Evidente que as relações entre as nações latino-americanas passam, desde já, por transformações como produto da desdemocratização e ampliação das desigualdades em ritmo e escala acelerados. Governos fecham espaços decisórios e prescindem da opinião e participação da sociedade, assim como demonstram pouco ou nenhum interesse nos procedimentos democráticos.

A maioria dos analistas em Ciência Política avaliava que ao final de 2018, teríamos uma articulação da direita sul-americana formando uma coalizão tendo à frente o chileno Sebastián Piñera, o argentino Mauricio Macri, Iván Duque da Colômbia e o brasileiro Jair Bolsonaro, todos mandatários em seus países. Essa perspectiva era tomada a partir do esvaziamento dos diversos espaços multilaterais e organismos de integração, como a União das nações Latino-americanas (UNASUL), face o fortalecimento do Grupo de Lima e da própria criação do Prosul, em 2019, de rarefeita atuação prática, mas todos dentro da ordem conservadora e neoliberal. Mesmo com esse cenário favorável aos governos de direita e extrema direita, o Brasil conseguiu se isolar. Ao externar uma política agonizante e casuística, o governo afasta não apenas investidores, como também parceiros políticos que resistem em aderir a pautas defendidas nos plenários multilaterais pelo Brasil. A questão é de cálculo fácil. A adesão às agendas internacionais brasileiras não tem sustentação política, nem mesmo por sua diplomacia oficial, cujo amadorismo e vacilação expõem o Estado brasileiro (CRUZ, 2019).

Quatro implicações são de cruciais para compreender essa performance política que isolou o Brasil no contexto regional.

Em primeiro, os conservadores se afastam do extremismo e de populismos de direita abertamente vinculados a agendas de difícil adesão internacional e com tensão diante da opinião pública. A performance de Bolsonaro, que tem como abre alas a sua postura negacionista diante de qualquer conhecimento científico, histórico e decorrente do falseamento da realidade, mormente diante da pandemia, o isola no continente. Os governos preferem realizar suas articulações com a comunidade europeia ou Estados Unidos, sem o Brasil. Mesmo com a China, com articulações abertas a partir da política externa do governo Lula, negocia diretamente com Argentina, Chile e Colômbia, em articulações que inclusive fragilizam os acordos regionais.

Outro elemento é que as derrotas eleitorais dessa direita recém-renascida no continente latino-americano refletem problemas internos e dificuldade de manutenção do modelo, paralisando as agendas externas. Ainda não se pode afirmar que a onda conservadora está em colapso. Mas, se não está, certamente apresenta fissuras e resistências dos movimentos sociais e de suas elites. A vitória eleitoral legislativa e consolidação de Maduro afastaram e dividiram a direita venezuelana, antes aglutinada em torno de Juan Guaidó. A perda de espaço na mídia internacional reduziu Guaidó nacionalmente. Do mesmo modo, as eleições argentinas fizeram retornar ao governo o peronismo agora com Alberto Fernandez e a ex-presidenta Cristina Kirchner. Nunca é demais anotar que o presidente brasileiro promoveu o embaraço diplomático de não cumprimentar seu vizinho e mais importante parceiro comercial no continente. Paraguai também está em ebulição com movimentos de rua exigindo mudanças no governo e cobrando sua renúncia diante da inapetência no trato com a COVID-19. A Bolívia também reparou eleitoralmente o Movimento ao Socialismo (MAS), do ex-presidente Evo Morales, elegendo Luís Arce, do mesmo partido e ex-ministro na gestão Morales. Ao destituir e romper a ordem eleitoral o parlamento abriu uma grave crise institucional, que poderia ter colapsado o país em novos conflitos civis. Por último, Chile, de Sebastián Piñera, está pressionado por um amplo movimento de massas, sobretudo de professores e estudantes, resultando em uma nova Constituição em substituição à Carta promulgada pelo ditador Augusto Pinochet, em 1980. E os protestos agora se ampliam exigindo a renúncia do presidente.

A expectativa de integração sob o controle da direita parece naufragar sem nem mesmo sair do cais. Os rumos iniciais com a criação do PROSUL, não passam de iniciativas neoliberalizantes sem efeito prático. O objetivo dessa iniciativa tomada pelo Chile era substituir a UNASUL, fortemente marcada pelo bolivarianismo de Chaves e o

lulismo, incluindo ainda governos de Cuba e Venezuela. Fora os discursos desastrosos do chanceler brasileiro, nenhuma ação prática aglutinou o grupo.

O presidente uruguaio eleito Lacalle Pou, desde a disputa eleitoral, se afastou do governo brasileiro, declarando não pertencer ao mesmo modelo bolsonarista (FOLHA DE S. PAULO, 2019).

Por último, não parece interessar a direita da vizinhança brasileira a agenda armamentista e genocida em terras nacionais. A ojeriza popular aos regimes ditatoriais afasta Piñera de Bolsonaro. Em visita ao Chile, em 2019, este exaltou a ditadura e chegou a atacar o pai da ex-presidente Michelle Bachelet, que foi torturado e morto naquele período. Piñera garantiu não compactuar com essas declarações e considerando a performance e discurso de Bolsonaro “tremendamente infelizes” (COLOMBO, 2019).

O mesmo acontece com Iván Duque na Colômbia. A proposição de união para enfrentar os incêndios na Amazônia foi rechaçada, afastando em definitivo os governos. De modo que, ao que parece, o único artigo de interesse entre a direita latino-americana é a Venezuela.

Por último, mas já sinalizado, os Estados latino-americanos realizaram em diversas dimensões a desmilitarização dos governos, e realizaram amplas revisões sobre os passados ditatoriais. As alucinações militares que rondam as cabeças dos altos escalões das formas armadas brasileiras, do *staff* político de Bolsonaro, e dele próprio, não parecem estar entre as necessidades objetivas dos Estados-nação da vizinhança.

## Considerações de percurso: uma agenda em aberto? Sobre etnografar em um tiroteio

Escrever em meio a conjunturas como essa é como etnografar em um tiroteio. O etnógrafo, buscando descrever os detalhes, as sutilezas e dar fundamento a observação do fenômeno, enfeixa e tenta olhar em todas as dimensões. Assim estamos em meio a essa enxurrada de informações desconstruídas, discursos e práticas que fragmentam, senão esgarçam o tecido social, com ódio e armas para enfrentar os dilemas sociais coloca o observado político em uma situação de agonia.

Nunca coube tão bem a analogia do tiroteio. O governo Bolsonaro investe fortemente em uma agenda armamentista. Com muito mais ênfase e vigor do que no enfrentamento à Covid-19 e suas repercussões sistêmicas nas economias e nas

peessoas. O Brasil conta assustadoramente com quase 270 mil mortos enquanto concluimos esse texto. E ainda não há previsão de vacinação em massa, nem número concretos de vacinas disponíveis. Os hospitais encontram-se colapsados: falta oxigênio, leitos e equipe médica. O presidente insiste em apostar em cloroquina e ivermectina.

A política externa certamente não será a mesma depois dessa tormenta. Não que em outros períodos não fosse exigido seriedade e trato cuidadoso nas agendas diplomáticas. As questões ambientais e energéticas sempre tencionam os governos. Nesse momento o governo brasileiro fez questão de afugentar recursos e projetos de auxílio ao controle do desmatamento, sobretudo com a França e Alemanha, como também os investimentos em infraestrutura cuja China, Rússia e Índia vinham protagonizando na América do Sul o maior volume em recursos.

Uma pequena nota para o espelho social dessa postura do governo. Há uma base de sustentação da necropolítica estatal e governamental. Essa base está na sociedade, que se percebeu tomada por um conjunto de práticas e mecanismos simbólicos conservadores, xenófobos, racistas e armamentistas. Grupos sociais inteiros elogiam e “tuitam” a postura agressiva e ingerencial do presidente em sua antipolítica. Mais que isso: há um consentimento silencioso, aquiescente de setores da elite econômica que tem se locupletado desse modelo gerencial autofágico.

Por fim, há o setor mais frágil e empobrecido da sociedade que acompanhou o refrão, “o mito”, fez apologia à violência e se convenceu de que a esquerda liberal não conseguiria mais resolver suas questões econômicas, optando por uma agenda conservadora a partir do voto. Entretanto isso não se reduz aos espaços de miseráveis e nordestinos. Antes, pelo contrário, a massa votante em 2018 esteve justamente em áreas médias e ricas do país.

O quadro precariamente apresentado repercute nas relações com os países vizinhos que enfrentam dificuldades com os partidos da extrema direita, mas que conseguiram retomar as regras do jogo eleitoral, como é o caso da Argentina, Bolívia e Equador.

Essa agenda permanece em aberto. Os governos latino-americanos em geral estão, como no resto no mundo, lidando com cotidianos bastante difíceis. Entretanto o modelo político de ultradireita de alguns tem piorado as condições gerais da população. É o caso brasileiro.

## Referências

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. O regionalismo do governo Lula e as percepções das elites sul-americanas, **Política Externa**. v. 18, n. 3, p. 15-32, 2010.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. **Relações internacionais e política externa do Brasil**: a diplomacia brasileira no contexto da globalização. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2012.
- AMORIM, Celso. **Conversas com Jovens Diplomatas**. São Paulo: Ed. Benvirá. 2011.
- ASCEMA. Associação Nacional de Servidores do Meio Ambiente. **Cronologia de um desastre anunciado**: ações do governo Bolsonaro para desmontar as políticas de meio ambiente no Brasil. 2020. Disponível em: <[https://static.poder360.com.br/2020/09/Dossie\\_Meio-Ambiente\\_Governo-Bolsonaro\\_revisado\\_02-set-2020-1.pdf](https://static.poder360.com.br/2020/09/Dossie_Meio-Ambiente_Governo-Bolsonaro_revisado_02-set-2020-1.pdf)>. Acesso em: mai. 2021.
- BAUMANN, Renato. Brazilian External Sector so far in the 21st century. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 53, edição especial, p. 33-53, 2010.
- CASTRO, Gabriel Sandino de. Teoria, discurso e prática da política externa do governo Bolsonaro: breves considerações. In: PIRES, Marcos Cordeiro; PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. (Coords.). **Boletim de Conjuntura Política e Econômica**, p. 5-16, 2019. Disponível em: <<http://ieei.unesp.br/portal/wp-content/uploads/2019/12/Boletim2019.pdf>>. Acesso em: abr. 2020.
- COLOMBO, Sylvia. 'Frases de Bolsonaro sobre ditadura são infelizes', afirma Piñera. **Folha de S. Paulo**. 24 mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/frases-de-bolsonaro-sobre-ditadura-sao-infelizes-afirma-pinera.shtml>>. Acesso em: mai. 2021.
- CRUZ, Danilo Uzêda; GONZALEZ, Maria Victória Espiñeira. (Orgs.). **Democracia na América Latina**: democratização, tensões e aprendizados. Buenos Aires: CLACSO/Feira de Santana: Editora Zarte, 2018.
- CRUZ, Danilo Uzêda; GONZALEZ, Maria Victória Espiñeira; IAMAMOTO, Sue. (Orgs.). **Democracia na América Latina 2**: descolonização, territórios e horizontes. Feira de Santana: Editora Zarte/Argentina: CLACSO, 2019.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. Interesse nacional e privatização da política externa brasileira. **Nexo Jornal**. 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2019/07/07/O-in%C3%ADcio-dogoverno-Bolsonaro-visto-por-ientistaspol%C3%ADticos>>. Acesso em: mar. 2020.
- FOLHA DE S. PAULO. **Candidato de centro-direita à Presidência do Uruguai rejeita apoio de Bolsonaro**. 31 out. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/uruguai-convoca-embaxador-brasileiro-para-explicar-declaracao-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: mai. 2021.
- GONÇALVES, Williams. Panorama da política externa no governo Lula da Silva. In: FREIXO, Adriano de. et al. **A política externa na era Lula**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. O estilo Bolsonaro de governar e a política externa. **Boletim OPSA**, n. 1, p. 15-21, 2019. Disponível em: <[http://opsa.com.br/wpcontent/uploads/2017/01/Boletim\\_OPSA\\_2019\\_n1-jan-mar.pdf](http://opsa.com.br/wpcontent/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2019_n1-jan-mar.pdf)>. Acesso em: jan. 2020.

## *Geopolítica e Integração Regional na América Latina*

Desdemocratizando o Brasil no contexto latino-americano: isolamento, subordinação e construção de uma agenda de extrema direita sob o Governo Bolsonaro

DOI: 10.23899/9786589284109.81

MENDES, José Sacchetta Ramos; MENEZES, Fábio Bensabath Bezerra de. Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: “perigo estrangeiro” e retorno à ideologia de segurança nacional. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 247, p. 302-32, 2019.

MENEZES, Roberto Goulart. Governo Bolsonaro: a busca de “relações carnis” com os Estados Unidos de Trump? **Boletim Lua Nova**. 2019. Disponível em: <<https://boletimluanova.org/governo-bolsonaro-a-busca-de-relacoes-carnais-com-os-estados-unidos-de-trump/>>. Acesso em: abr. 2020.

MRE. Ministério das Relações Exteriores. **Política externa para direitos humanos**. 2020. Disponível em: <<http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/direitos-humanos-e-temas-sociais/3664-politica-externa-para-direitos-humanos>> Acesso em: mai. 2021.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza.; MENESES, Maria. P. (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

STUENKEL, Oliver. Como a política externa caótica de Bolsonaro preocupa o resto da América do Sul. **Revista Época**. 25 jun. 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/artigo-como-politica-externa-caotica-de-bolsonaro-preocupa-resto-da-america-do-sul-23761853>>. Acesso em: mai. 2021.

UOL. **HRW reclama de "revisão secreta" de Bolsonaro sobre direitos humanos**. 15 fev. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/02/15/hrw-bolsonaro-direitos-humanos.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: mai. 2021.